



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

**SPED SOCIAL: UM ESTUDO DE CAMPO SOBRE COMO
OS PROFISSIONAIS CONTABILISTAS SE PREPARAM
PARA AS MUDANÇAS DAS OBRIGAÇÕES
TRIBUTÁRIAS ACESSÓRIAS E PREVIDENCIÁRIAS**

FÁBIO ALANJEAN CARVALHO LEITE

JOÃO PESSOA

2014

FÁBIO ALANJEAN CARVALHO LEITE

**SPED SOCIAL: UM ESTUDO DE CAMPO SOBRE COMO
OS PROFISSIONAIS CONTABILISTAS SE PREPARAM
PARA AS MUDANÇAS DAS OBRIGAÇÕES
TRIBUTÁRIAS ACESSÓRIAS E PREVIDENCIÁRIAS**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Departamento de Finanças e Contabilidade, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis, tendo como orientadora a professora MS. Edmery Tavares Barbosa.

JOÃO PESSOA

2014

FÁBIO ALANJEAN CARVALHO LEITE

**SPED SOCIAL: UM ESTUDO DE CAMPO SOBRE COMO OS
PROFISSIONAIS CONTABILISTAS SE PREPARAM PARA AS MUDANÇAS
DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS ACESSÓRIAS E PREVIDENCIÁRIAS**

Monografia apresentada ao Curso
de Ciências Contábeis da
Universidade Federal da Paraíba,
como requisito parcial a obtenção do
grau de bacharel em Ciências
Contábeis.

Resultado: _____
João Pessoa, _____ de _____ de 20____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. MS. Edmery Tavares Barbosa

Prof. MS. Luiz Carlos Santos Júnior

Prof. MS. Valdério Freire de Moraes Júnior

Dedico este trabalho a todas as pessoas, que se esforçaram, se dedicaram e me deram apoio em cada momento de minha vida, em especial meus pais pela contribuição na minha formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela sua bondade e infinita misericórdia e por estar sempre guiando meus caminhos;

Aos meus Pais, que hoje sorriem orgulhosos ou choram emocionados e que se doaram inteiros renunciando aos seus sonhos, para que, muitas vezes, eu pudesse realizar o meu. Também por toda a dedicação e confiança depositada em mim desde os primeiros anos da minha vida estudantil e pela base familiar que me foi oferecida.

Aos meus verdadeiros amigos, sempre aptos a ajudar, em especial Patrícia e Fabio Farias que me incentivaram e ajudou muito para o término deste trabalho;

A minha orientadora, professora MS. Edmery Tavares Barbosa, por ter aceitado o desafio de me ajudar na construção desse trabalho. Com seu olhar crítico e construtivo e toda sua paciência durante o processo de desenvolvimento desta pesquisa me ajudou a superar os desafios, serei eternamente grato.

Ao Prof. Dr. Azamor Cirne de Azevedo Filho que quando precisei me ajudou bastante, inclusive foi quem me indicou a orientação da professora MS. Edmery Tavares Barbosa, os dois, muito grato.

À Universidade Federal da Paraíba por ter disponibilizado um ensino gratuito e de qualidade, com professores altamente qualificados.

Enfim, agradeço a meus irmãos, familiares, amigos e a todas as pessoas que de alguma forma influenciaram esta difícil, porém gratificante vida acadêmica.

“É melhor estar preparado para uma oportunidade e não ter nenhuma, do que ter uma oportunidade e não estar preparado”.

(Whitney Young Jr.)

LEITE, Fábio Alanjean Carvalho. **SPED Social: Um estudo de campo sobre como os profissionais contabilistas se preparam para as mudanças das obrigações tributárias acessórias e previdenciárias.** 2014. 50f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a percepção dos profissionais contábeis acerca dos impactos da implantação do SPED Social e ao mesmo tempo examinar os desafios de sua implantação. Para tanto, foi feito um levantamento bibliográfico sobre a evolução da Contabilidade, chegando até o surgimento de uma contabilidade que busca suporte nos avanços tecnológicos para suprir as necessidades de todas as informações requeridas. Para isso buscou-se, através de questionários, descrever como os profissionais da contabilidade estão se preparando frente à substituição das obrigações acessórias, o mais novo projeto do Governo Federal. De forma breve este projeto busca mostrar a nova tendência digital de janeiro de 2007, o projeto do SPED como parte integrante do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010), o qual pretende-se modificar a maneira do cumprimento das obrigações acessórias, substituindo a emissão de livros e documentos fiscais. O SPED social torna-se um ambiente totalmente virtual, pois seus registros abrangerão não só informações da Receita Federal, mas também o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o INSS, a Caixa Econômica Federal, o FGTS e a Justiça do Trabalho. Diante dessa proposta digital, constatou-se que o maior impacto está relacionado a pouca informação sobre o tema e cursos insuficientes para a demanda dos interessados, sendo possível se adaptar as novas obrigações e assegurar seus clientes. Observou-se ainda que há limitação de profissionais capacitados, aumento de trabalho na área contábil, o que ressalta uma necessidade de possuir domínio sobre o assunto para se destacar no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Obrigações acessórias, SPED Social, profissionais capacitados.

LEITE, Fábio Alanjean Carvalho. **SPED Social: Um estudo de campo sobre como os profissionais contabilistas se preparam para as mudanças das obrigações tributárias acessórias e previdenciárias.** 2014. 50f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

ABSTRACT

This paper aims for analyze the perception of accountant professionals about the impacts of the implantation of Social SPED and in the same time examine the challenges of its implantation. To that end, we made a literature on the evolution of Accounting, reaching the emergence of an accounting seeking support in technology to meet the needs of all the information required advances. So, it was looked through questionnaires describe how accounting professionals are preparing forward the replacement of ancillary obligations, the newest Federal Government project. Briefly, this project seeks to demonstrate the new digital trend from January 2007, the SPED project as integrant part of the Growth Acceleration Program of the Federal Government (PAC 2007-2010). The Social SPED, system that will embrace as much payroll as labor, social security and tax obligations on the recruitment and the use of manpower, with or without employment, in other words, Social SPED becomes a totally virtual environment, because its records will embrace not just information of Receita Federal, but also the Ministry of Labor Employment, INSS, Caixa Econômica Federal, FGTS and the Labor Court. On this proposed digital, it was found that the greatest impact is related to the little information on the subject and insufficient courses for the demand of stakeholders, being possible to get adapted to the new obligations and ensure their customers. It was also observed that there are a limited number of capable professionals, increased workload in accounting area, which highlights a need to possess knowledge of the subject to stand out in the job market.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Arquitetura do evento de remuneração.....	29
FIGURA 2 – Comunicação entre os setores envolvidos.....	37
FIGURA 3 – Principal objetivo do governo federal com o SPED Social	38
FIGURA 4 – Avaliação própria de conhecimento sobre o SPED Social.....	39
FIGURA 5 – Estratégia para adaptação ao SPED Social.....	39
FIGURA6 – Participação do CRC/PB junto ao processo de adaptação ao SPED Social.....	40
FIGURA 7 – Avaliação sobre a profissão contábil e suas mudanças.....	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Região de atuação dos profissionais contabilistas	35
Tabela 2 – Nível de formação	35
Tabela 3 – Tempo de atuação dos contabilistas	36
Tabela 4 – Principais dificuldade enfrentadas pelos profissionais.....	42

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2TEMA E PROBLEMA	13
2.1 Objetivo Geral	14
2.1.1 Objetivos Específicos.....	14
3JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA.....	15
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	16
5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
5.1 Tecnologia da informação na contabilidade	18
5.2 Breve histórico das relações trabalhistas e previdenciárias	20
5.3 SPED Social.....	23
5.4 Dificuldades encontradas pelo Empresário contábil	31
5.5 Os empresários estão se preparando?.....	33
6 ANÁLISE DE DADOS.....	35
6.1 Informações sobre atuações dos contadores... ..	35
6.2 Participação do CRC/PB neste processo de implantação do Sped.....	40
6.3 Possíveis Dificuldades	41
7 CONSIDERAÇÕESFINAIS.....	43
7.1Sugestões para trabalhos futuros	44
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICE	48

1INTRODUÇÃO

A contabilidade, ao longo de sua história, passou por fases que contribuíram para sua evolução. Iudícibus e Marion (1999) descrevem que por volta de 4000 a.C, os pastores controlavam seus rebanhos utilizando-se de um sistema contábil. Com o passar do tempo surgiram inovações de modo geral em todas as civilizações, e com a contabilidade não foi diferente; em 1494 surgiu a Contabilidade por Partidas Dobradas, do Frei Luca Pacioli, com ênfase na teoria contábil do débito e do crédito correspondente à teoria dos números positivos e negativos. A contabilidade desde então, passou a ser vista como uma técnica de registros patrimoniais e chegou até o patamar de Ciência Contábil.

Alguns pesquisadores afirmam que o início das práticas relacionadas com o controle das contas data mais de mil anos antes de Cristo. Para outros, tais preocupações são tão velhas quanto à humanidade. Para mensurar, avaliar, e controlar seus bens pessoais desde os tempos remotos, os reis, faraós, comerciantes, agricultores, etc, utilizavam técnicas de registros, o que pode ser entendido como o início da contabilidade como hoje é conhecida. (OLIVEIRA E NAGATSUKA, 2000, p. 19).

Todavia, desde os primórdios esta área da Ciência Social Aplicada já era vista como essencial para dar suporte às decisões, que na época era considerada simples, mas com o passar do tempo a complexidade no processo decisório tornou ainda mais imprescindível o suporte informacional produzido por esta ciência.

Lopes de Sá (2002) afirma que hoje em dia há uma crescente preocupação por parte dos vários países em harmonizar as normas contábeis para facilitar as transações internacionais bem como melhorar o fluxo de informações permitindo a comparabilidade e confiabilidade das informações de natureza econômico-financeira em nível internacional.

Esta mudança foi observada com o Comunicado nº 14.259, de 10 de março de 2006, divulgado pelo Banco Central (BC) no qual se compromete a harmonizar as normas brasileiras aos padrões internacionais, adotando as normas divulgadas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB)

gradualmente até o final de 2006, de forma que esteja tudo unificado até o ano de 2010.

No mundo dos negócios são percebidas as mudanças intensas, principalmente em relação às harmonizações das normas, o que torna indispensável à constante adequação, pois com as novas ferramentas têm aumentado a exposição fiscal dos contribuintes devido às alterações na forma de prestação de informações e cumprimento das obrigações acessórias por parte das empresas, isto faz com que as tomadas de decisões sejam voltadas para esta nova realidade, garantindo desta forma a continuidade das empresas neste mercado concorrido, ou seja, as adequações ao mercado e as inovações tecnológicas exigem mudanças no comportamento dos usuários das informações contábil.

Então, a evolução desta ciência social depende e acompanha incondicionalmente todas as mudanças da sociedade (governo, comércio, entre outros). E, para que este processo não seja penoso, as organizações investem em sistemas de informações voltados a área administrativa e contábil.

Ferreira e Araújo (2000) defendem que a ideia de e-governo surge para suprir estas necessidades, utilizando as TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) de forma inovadora, considerando-as como ferramentas estratégicas para que seja possível atingir o grande objetivo de democratizar os governos, possibilitando que haja maior transparência e controle social.

Para o Estado, entretanto, essas importantes inovações vêm contribuindo consideravelmente para administração federal em conjunto com os movimentos similares nos estados e municípios e as tendências internacionais, ficando obrigadas sob a denominação de “nova gestão pública”. Pois, eles estão buscando mais informações e em tempo real com o intuito de aprimorar e tornar mais eficaz a forma de fiscalizar os contribuintes, obrigando-lhes a evidenciar detalhadamente as operações praticadas nas empresas, com intuito de reduzir a sonegação fiscal. Por este motivo, o desenvolvimento das novas tecnologias e *softwares* foi voltado para atender as obrigações fiscais, porque o fisco encontra nesta ferramenta uma importante aliada ao combate das informações erradas e/ou manipuladas.

Assim, as obrigações em forma de escrituração digital tornaram-se indispensável para o fisco, o que desencadeou alterações nos controles internos das empresas, pois, estes teriam que se adaptar e reorganizar suas formas de trabalhar para suprir as obrigações exigidas pelo projeto instituído pelo Governo Federal denominado SPED – Sistema Público de Escrituração Digital tem o intuito de unificar as obrigações acessórias fiscais, acessórias e previdenciárias enviadas aos municípios, estados e união.

2 TEMA E PROBLEMA

A pesquisa abrange sucintamente sobre a nova tendência de convergência digital do governo brasileiro. Em 22 de janeiro de 2007 com o decreto 6.022 o estado lança o projeto do SPED como parte integrante do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010).

O projeto SPED pretende alterar a forma de cumprimento das obrigações acessórias realizadas pelos contribuintes, substituindo a emissão de livros e documentos contábeis e fiscais em papel, por documentos eletrônicos, cuja auditoria, integridade e validade jurídica são reconhecidas pelo uso do certificado digital (AZEVEDO, 2009).

Estas mudanças têm como principal objetivo a integração dos sistemas de fiscalização e arrecadação das obrigações acessórias para os contribuintes e, simultaneamente, tornando mais rápida a identificação da sonegação tributária.

No entanto, será abordada apenas a implantação do novo Sistema de movimentação do pessoal das entidades o SPED Social, este sistema essencial no novo cenário das tecnologias abrangerá tanto a folha de pagamento quanto as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais relativas à contratação e utilização de mão de obra, com ou sem vínculo empregatício, ou seja, o SPED social torna-se um ambiente totalmente virtual, pois seus registros abrangerão não só informações da Receita Federal, mas também o

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o INSS, a Caixa Econômica Federal, o FGTS e a Justiça do Trabalho.

O temor quanto ao prazo de implantação do SPED social nas empresas, torna algumas questões inevitáveis, como: os contabilistas terão tempo suficiente para as adequações das novas obrigações? A implantação será simples ou complicada? Questões como esta serão abordadas mais adiante.

2.1OBJETIVO GERAL

- Analisar a percepção dos profissionais contábeis acerca dos impactos da implantação do SPED Social.

2.1.1Objetivos Específicos

- Verificar como os contadores estão se preparando para o SPED Social;
- Averiguar os desafios de sua implantação;
- Descrever como os profissionais da contabilidade estão se preparando frente à substituição das obrigações acessórias;

3JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

A evolução desta ciência social depende e acompanha incondicionalmente todas as mudanças da sociedade (governo, comércio, entre outros). E, portanto, as organizações investem em sistemas de informações voltados a área administrativa e contábil.

A obrigação de uma escrituração digital para o fisco desencadeou alterações nos controles internos das empresas de forma que o processo de entrega das obrigações fiscais não fosse tão dificultoso, tendo em vista, que por meio destes é possível preparar as informações a serem enviadas.

Como posicionado acima, o projeto instituído pelo Governo Federal, nomeado SPED tem o intuito de unificar as obrigações acessórias fiscais, acessórias e previdenciárias enviadas aos municípios, estados e união, portanto, com esta ferramenta os contribuintes poderão transmitir as informações para as três esferas do governo (Município, Estado e União), e, para outras entidades, tais como: Caixa Econômica, INSS, e outros, no caso das obrigações acessórias e previdenciárias. Estes procedimentos deverão ser efetuados por meio de um arquivo digital único.

Portanto, justifica a importância deste trabalho no estudo de campo, sobre como os profissionais contábeis estão se preparando para este novo método de transmissão das informações implantado pelo governo a partir de 2014 – o SPED Social.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos os quais compreendem a proposição da pesquisa e os processos utilizados na execução do trabalho serão explanados com a finalidade de explicar como se chegou aos resultados da pesquisa.

Com relação aos objetivos, esta pesquisa tem caráter exploratório-descritivo, no qual, dentro dos preceitos de um estudo exploratório, é uma pesquisa em fontes secundárias que ocorreu por meio de levantamentos bibliográficos, procurando explicar o tema proposto, principalmente através de leis e periódicos *on-line*.

Segundo Salomon (2010, p.158) as pesquisas exploratórias e descritivas são as que têm por objetivo definir melhor o problema, proporcionar as chamadas intuições de solução, descrever comportamentos de fenômenos, definir e classificar fatos variáveis. Ainda, de acordo com Gil (1999, p.43) ele explica que a pesquisa exploratória tem como finalidade proporcionar maiores informações sobre o assunto que se vai investigar; facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Seu objetivo principal é o aprimoramento das ideias ou a descoberta de intuições.

Ribeiro (2007) corrobora enfatizando que o principal objetivo de uma pesquisa exploratória é reunir ideias oriundas de diferentes fontes, visando construir uma nova teoria ou uma nova forma de apresentação para um assunto já conhecido.

Além desta metodologia, nos apropriaremos da pesquisa descritiva que é o "[...] tipo de pesquisa que tem por premissa buscar a resolução de problemas melhorando as práticas por meio da observação, análise e descrições objetivas, através de entrevistas com peritos para a padronização de técnicas e validação de conteúdo" (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2007).

Destaca-se então, que a pesquisa exploratória e descritiva, busca, neste trabalho, expor as características das novas ferramentas contábeis e a

evolução delas até os dias atuais com o SPED. Tenta mostrar como as informações nelas computadas são de suma importância para tomada de decisões dos administradores/empregadores.

Com relação à natureza, ela pode ser classificada como qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa conforme Gil (1999, p.94) elenca, “os métodos de pesquisa qualitativa estão voltados para auxiliar os pesquisadores a compreenderem pessoas e seus contextos sociais, culturais e institucionais”, ou seja, a metodologia qualitativa busca analisar, descrever e classificar os processos do problema estudado e sua interação com determinados grupos sociais, visando o entendimento de um nível maior de particularidades.

A pesquisa de natureza quantitativa é aquela na qual se utiliza de métodos e recursos estatísticos para análise dos dados, os quais foram considerados dados quantificados, que se traduziram em números as informações que foram classificadas e analisadas.

Ainda para responder aos objetivos propostos neste trabalho, foi realizada uma pesquisa de campo, constituída de entrevista estruturada com questões elaboradas, que foi aplicada aos profissionais da contabilidade com o objetivo de atingir o estudo. Segundo Gil “uma entrevista totalmente estruturada se desenvolve a partir de uma relação fixa de perguntas”. Neste propósito, em seguida serão abordados as considerações da técnica utilizada para a coleta e análise de dados.

Segundo Gil (1996, p. 56): [...] As pesquisas de levantamento se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca de um problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Completa Lakatos & Marconi (2000, p. 107), as técnicas de coleta de dados “são um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência; são, também, as habilidades para usar esses preceitos ou normas, na obtenção de seus propósitos”.

O questionário foi aplicado entre 31 de janeiro de 2014 e 08 de fevereiro de 2014. A pesquisa foi realizada sobre uma base de dados com cerca de 5.000 e-mails de contadores registrados, dentre os quais se obteve um total de 76 respondentes.

Dessa forma, a presente pesquisa procurou descobrir a postura e a percepção do profissional contábil acerca do processo de adaptação as novas ferramentas implantadas pelo Governo Federal.

5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Percebe-se nos dias atuais que o movimento de integração entre as empresas e o governo está sendo tratado e exigido em tempo real das informações, além disso, o avanço da tecnologia tem proporcionado uma integração desses sistemas de informações em uma única plataforma.

Segundo Oliveira e Vasconcelos (2005), o avanço tecnológico e as novas exigências do mercado levam as empresas a procurarem, cada vez mais, a maximização dos resultados e a racionalização de seus processos.

Portanto, neste cenário o profissional contábil necessita se adequar constantemente as novas tecnologias de informações (TIC).

5.1 Tecnologia da informação na contabilidade

A tecnologia da informação é usada para aperfeiçoar os diversos processos da administração pública. O governo eletrônico surge como um importante instrumento de gestão pública, criando canais eletrônicos contínuos de informações e disponibilizando serviços à sociedade, possibilitando ainda a transparência e o controle social.

Silva Filho(2004) conceitua governo eletrônico como:

Governo eletrônico é uma tendência global. Governos de todo o mundo têm concentrado esforços no desenvolvimento de políticas e definições de padrões em termos de tecnologias da informação e comunicação, comumente chamadas de TICs, visando construir uma

arquitetura interoperável a fim de munir os cidadãos com acesso a informações e serviços (SILVA FILHO, 2004, p. 1).

No Brasil, os instrumentos associados ao governo eletrônico, tem sido importante nas inovações do governo federal e em movimentos similares da administração estadual e municipal. O SPED é um termo de gestão governamental inovador e de suma importância na contabilidade, pois tem a finalidade de aproximar o fisco com seus contribuintes. Além disso, todos os dados contábeis são digitais, o qual poderá ter uma redução com os custos de impressão dos livros fiscais e o espaço de armazenamento, ou seja, as atividades contábeis estão sendo modernizadas e proporcionando aos órgãos fiscalizadores maiores controle da movimentação dos contribuintes.

Segundo a Receita Federal do Brasil, o SPED tem como objetivos:

- Promover a integração dos fiscos, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas às restrições legais;
- Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores; e
- Tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos, da rapidez no acesso às informações, e a fiscalização mais efetiva das operações, com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

Isso torna o controle fiscal mais informatizado e mais digital por uma busca do fisco de identificação mais rápida da informalidade e da sonegação fiscal.

Entretanto, cabe ressaltar que o governo eletrônico não está vinculado somente à utilização das TIC. De acordo com Prado (2009), os governos sempre fizeram uso, em maior ou menor escala, das tecnologias disponíveis, em seus processos internos ou na interação com a sociedade. Depreende-se, desse enfoque, que o conceito de governo eletrônico pode ser compreendido em um sentido bem mais amplo e complexo, englobando, por exemplo, o aumento da eficiência, o monitoramento das políticas públicas e da transparência, a busca da melhor governança, dentre outros, ou seja, a

aplicação das TIC para aperfeiçoar os diversos processos da administração pública.

Portanto, de acordo com o avanço tecnológico, a contabilidade, que se utiliza da informática de forma imprescindível, vem sofrendo grandes mudanças, tais como: tornou-se necessário analisar e fornecer informações sobre os dados coletados com maior qualidade e agilidade, ou seja, a contabilidade teve que incorporar atributos voltados para visão futura da empresa, de forma a preservar sua perpetuidade, a partir dos resultados alcançados a longo prazo.

Nessa nova realidade, mais do que nunca, é preciso ter visão abrangente das novas condições de trabalho exigidas pelo mercado globalizado, que vem sendo marcada por grande preocupação em modernizar a contabilidade, por meio da informatização e da implantação de sistemas integrados voltados para a gestão do empreendimento como um todo, visando contemplar às demandas do mercado por informações e decisões imediatas, pois estamos vivendo uma era de intensas mudanças e em ritmo acelerado.

Explicitamente, que atualmente no cenário brasileiro as rotinas de transmissão de informações, confrontação de dados e o envio de forma tempestiva, têm obrigado a adequação dos contabilistas a novas rotinas. Esses profissionais devem se preparar, pois necessitarão de diferenciação em seus escritórios, com qualificações e capacitações gerenciais para avançar além das ameaças provocadas pelo ambiente externo.

5.2 Breve histórico das relações trabalhistas e previdenciárias

As relações trabalhistas começaram muito antes da chegada dos portugueses aqui no Brasil, por volta de 1500 os índios foram os primeiros trabalhadores do Brasil. De acordo com Bentemuller, com a chegada dos portugueses, os índios foram dizimados, com o intuito inicial de conquista da nova terra e com isso usufruir da extração do Pau Brasil. Só que por volta de 1530, foi organizada expedições para a exploração agora de uma nova mercadoria que na época era muito valorizada: a cana de açúcar. Pois, a base

da economia colonial era os engenhos de açúcar, esta produção era vendida principalmente para Europa.

Nessa época a sociedade era marcada pela grande diferença social, e o trabalho era escravo – responsável pelo todo trabalho feito na colônia. Após vários movimentos populares, o dia 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel assina a Lei Áurea – Lei que abole a escravidão. No entanto, infelizmente, a libertação dos escravos não melhorou a condição social e econômica dos ex-escravos.

Com o pleno desenvolvimento do plantio do café, necessitava de mão de obra, e com a chegada dos imigrantes em São Paulo, eles ocuparam o lugar deixado pelo trabalho escravo e trouxeram novas técnicas de produção. Esta foi a primeira mão de obra assalariada no Brasil, criando um mercado consumidor e indispensável para o desenvolvimento industrial.

Entretanto, nesta época a jornada de trabalho era de 14 a 16 horas diária, além de tudo, tinha exploração da força de trabalho de mulheres e crianças. Contudo, os trabalhadores começaram a se organizar e buscarem melhorias para as condições de trabalho, o que culminou com o início dos movimentos grevistas.

Durante a primeira guerra mundial, houve um impulso na produção interna e conseqüentemente no desenvolvimento industrial. Nos anos de 1930, o Brasil adotou o “Taylorismo” – que é a divisão das tarefas a ser executadas, ou seja, a partir de então o trabalho era dividido por setores e executados de forma repetitiva, além de se exigir esforço para que as tarefas fossem executadas no menor tempo possível.

Ainda no ano de 1930, Getúlio Vargas toma o poder após comandar uma revolução contra o governo de Washington Luiz. Ele foi responsável por instituir vários direitos trabalhistas e construir a maior Companhia siderúrgica Nacional e da América latina, além disso, ele criou a Petrobrás uma das vinte maiores empresas petrolíferas do mundo. De 1956 a 1961, o presidente Juscelino Kubitschek criou a frase “50 anos em 5”, nessa época houve um processo de rápido crescimento econômico e elevada industrialização, tendo

que nos grandes centros receber imigrações nordestinas para suprir a mão de obra nas indústrias.

Em 1964, João Goulart atual presidente queria implantar reformas de bases incluindo uma votação por uma nova constituinte, ele também queria fazer uma reforma agrária com a desapropriação de terras ociosas e a nacionalização das refinarias particulares de petróleo. No entanto, com o apoio dos militares o partido da oposição deu um golpe militar e até o ano de 1985 obteve controle total sobre os sindicatos dos trabalhadores. Em maio 1978, houve um grande movimento grevista, reivindicando o tipo de regime no país e as baixas salariais que ocorreram naquela época.

Na década de 80, com a globalização, as multinacionais reduziam os custos ao máximo, pois com a chegada da tecnologia os processos de produção foram revolucionados, a produção que antes era feita por muitos trabalhadores foi substituída por máquinas, além disso, a mão de obra barata de outros países mais pobres e normas trabalhistas menos exigentes.

Em 1984, a população reivindicou o direito de eleger o presidente da República de forma eleitoral, conhecido com o movimento de “Diretas JÁ”. Durante este período de reivindicações políticas ficava claro uma necessidade de uma constituição que assegurasse os valores democráticos. Foi então Consolidada as Leis do Trabalho (CLT) e a Constituição de 1988, com isso os trabalhadores brasileiros passaram a ter mais garantias em relação ao cumprimento dos seus direitos, porém, algumas classes ainda estavam de fora.

Todavia, as últimas quatro décadas foram marcadas por significativas mudanças na legislação tributária brasileira, e, além disso, o governo vem buscando estabelecer um relacionamento cada vez mais simplificado entre empregador e empregado.

Como mais uma forma de incluir os direitos trabalhistas a todos, em julho de 2013, o Senado Federal aprovou a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) das Domésticas. O projeto incluiu todos os trabalhadores domésticos no regime da CLT, para que possam ter carteira profissional assinada e conquistem direitos, como o FGTS, férias e 13º salário.

E, para o ano de 2014, o governo Federal lançou mais um projeto, que envolve a Receita Federal, o Ministério do Trabalho, o INSS e a Caixa Econômica Federal e tem por objetivo centralizar em um único fluxo o envio on-line de informações trabalhistas para esses órgãos, por parte do empregador – o SPED Social, que foi criado através do Decreto nº 6.022/2007 como mais uma parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010).

5.3 SPED Social

De acordo com o Ato Declaratório Executivo Sufis nº 5/2013, essa nova ferramenta será implantado a partir de 2014, segue na integra:

Aprova e divulga o leiaute do Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial.

O SUBSECRETÁRIO DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 311 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 11 do Decreto-lei nº 1.968, de 23 de novembro de 1982, nos incisos I, III e IV da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e no Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, resolve: Art. 1º Declarar aprovado o leiaute dos arquivos que compõem o Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), que será exigido para os eventos ocorridos a partir da competência de janeiro de 2014.¹

Parágrafo único. O leiaute aprovado nos termos do caput consta no Manual de Orientação do eSocial - versão 1.0, que está disponível na Internet, no endereço eletrônico <www.esocial.gov.br> .

Art. 2º A escrituração de que trata o art. 1º é composta pelos eventos decorrentes das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, cujos arquivos deverão ser transmitidos em meio eletrônico pela empresa, pelo empregador ou por outros obrigados a eles equiparados, nos prazos a serem estipulados em ato específico.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

O ano em que foi marcado por várias manifestações no país contra diversos tipos de “mazelas”, umas delas os elevados tributos cobrados pelos nossos governantes, o governo aprova e divulga o surgimento de mais uma ferramenta para diminuir a sonegação fiscal - o SPED Social, que será um grande aliado contra maus contribuintes que acreditam na sonegação como a

¹ Novos Prazos:

a) até 30/04/2014 para produtor rural pessoa física e segurado especial;

b) até 30/06/2014 para as empresas tributadas pelo Lucro Real;

c) até 30/11/2014 para as empresas tributadas pelo Lucro Presumido, Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, Micro Empreendedor Individual (MEI), contribuinte individual ;

d) até 31/01/2015 para os órgãos da administração direta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

melhor escolha de lesar os cofres públicos, que hoje essa prática gira em torno de R\$ 415 bilhões ao ano segundo o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional.

Portanto, o SPED Social promete armazenar em uma única plataforma digital todas as informações trabalhistas, possibilitando aos órgãos participantes do projeto, sua efetiva utilização para fins previdenciários, fiscais e de apuração de tributos e do FGTS. Visando com essa integração aprimorar o resultado das informações de seguridade social e aumentar a arrecadação ao diminuir inadimplência, erros, sonegação e fraudes, e, também, garantir e proteger todos os direitos dos trabalhadores.

"O eSocial visa aumentar a arrecadação mediante a transparência do controle fiscal, facilitar a fiscalização, combater a sonegação e garantir direitos e acesso à informações aos trabalhadores. Com o novo sistema, algumas obrigações acessórias devem ser eliminadas a partir de 2015, como Dirf, Rais, Caged e Manad", explica Kelly Cristina Ricci Gomes, sócia da De Biasi Auditores Independentes.

Com a implantação do SPED Social, de acordo com a expectativa do coordenador de Sistemas da Receita, Daniel Belmiro, o novo módulo do Sped deverá aumentar arrecadação em pelo menos R\$ 20 bilhões ao ano, no entanto para obter um incremento nesta arrecadação depende de outras variáveis, como o ritmo de contratações e do crescimento da economia brasileira.

Este projeto que envolve a Receita Federal foi criado para unificar informações e tem como premissa a consolidação das obrigações acessórias da área trabalhista e com isso tende a eliminar a entrega de vários formulários, tais como informações ao Ministério do Trabalho, ao INSS e a Caixa Econômica Federal, os quais são atualmente enviados em momentos e formas distintas.

Ao expor seu entendimento sobre as informações das obrigações acessórias trabalhistas, Samuel Kruger (contador, auditor fiscal da Receita Federal do Brasil (RFB) e um dos criadores do SPED Social) tem um conceito bem sucinto, no qual elenca que tais informações "são documentos

transmitindo os mesmos dados por meios distintos e gerando apenas trabalho duplicado para a contabilidade das empresas”. Ou seja, no decorrer dos anos foram instituídas várias obrigações acessórias, dentre elas, algumas desnecessárias e com duplicidade de informações, como a DIRF e GFIP, as quais deverá ser extintas após a implantação do SPED Social, além destas, a Rais, a Caged também seguirá o mesmo trajeto.

Desta forma, foi colocado alguns procedimentos com o objetivo de esclarecer quais as principais informações a serem enviadas e como as empresas deverá se preparar para a implantação do SPED Social, afim de evitar a imposição de multas por parte do fisco.

O manual de orientação do SPED Social na sua versão 1.0 de 17 de julho de 2013 descreve tais informações que devem ser prestadas nessa plataforma, os quais podem ser classificadas em três tipos:

- **Eventos Trabalhistas:** É uma ação ou situação advinda da relação entre empregador e trabalhador, como por exemplo, a admissão de empregado, alteração de salário, exposição do trabalhador a agentes nocivos, etc.
- **Folha de Pagamento:**
- **Outras informações tributárias, trabalhistas e previdenciárias:** são aquelas previstas na lei nº 8212, de 1991, e em Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Todas as informações dos eventos Trabalhistas e da Folha de Pagamento alimentarão uma base de dados denominada RET – Registro de Eventos Trabalhistas. Todo este arquivo de eventos deve ser transmitidos quando, somente, passar por um processo de validação e só assim será aceito quando estiverem consistentes com o RET.

Exemplo de validação de Evento trabalhista – um evento de demissão só terá validade no RET se anteriormente for constatado o evento de admissão; um exemplo de validação da folha de pagamento é que só será aceita se todos os trabalhadores constantes no RET como ativos constarem na

mesma e, por outro lado, todos os trabalhadores constantes da folha de pagamento constar no RET.

Além dos empregados, outras categorias de trabalhadores também serão objeto de informações que alimentarão o RET, como os trabalhadores avulsos, os dirigentes sindicais e algumas categorias de contribuintes individuais, como diretores não empregados e cooperados.

Os empregados sujeito no projeto SPED Social são identificações pelo CPF e pelo NIS (NIT, PIS ou PASEP). No caso dos empregadores serão identificados pelo CNPJ (se pessoa Jurídica) e CPF (se pessoa Física). Em se tratando de pessoas físicas, no lugar da CEI (cadastro específico do INSS), foi criado o CAEPF (cadastro de atividades das pessoas físicas), este deverá ser providenciado pela pessoa interessada e caberá a ela obedecer as normas previstas no ato normativo em vigor. Já no caso das CEI para as obras da construção civil será substituída pelo CNO (cadastro nacional de Obras).

A realização dessas identificações ocorre antes do SPED Social entrar em vigor, pois as regularizações, caso necessário, das inconsistências devem ser feita, e para adiantar este processo o governo já disponibilizou o aplicativo de “Qualificação Cadastral”, o qual possibilita verificar se o CPF e o NIS estão aptos para serem utilizados no SPED Social.

Nesta verificação o CPF, o NIS, a data de nascimento e o nome do trabalhador são informados, o aplicativo então verifica a base de dados do CPF e do NIS informado, e, retornará o resultado sobre a validação de cada campo. Caso haja divergência nos dados, o aplicativo apresentará orientações para que se proceda à correção devida, direcionando a qual órgão deverá o interessado comparecer para ser efetivada a devida correção. Será possível a verificação de até 10 (dez) trabalhadores por vez.

Efetuada os devidos ajustes e a validação dos empregados, deverão ser validados os eventos e para cada evento trabalhista será gerado um arquivo XML. Para um empregado é gerado ao todo 44 tipos de eventos, divididos em quatro grupos: eventos iniciais, de tabelas, não periódicos e periódicos.

Para esta classificação dos grupos dos eventos, observemos o conceito de cada um segundo o Manual de Orientação do SPED Social:

- **Eventos Iniciais** – São eventos que identificam o empregador/contribuinte, contendo dados básicos de sua classificação fiscal e estrutura administrativa. É o primeiro evento a ser transmitido ao SPED Social. Também compõe os eventos iniciais o evento de cadastramento inicial dos vínculos. Esse evento deve ser informado após terem sido transmitidos os eventos de tabelas do empregador;
- **Eventos de Tabelas** – São eventos que montam as tabelas do empregador, responsáveis por uma série de informações que irão validar os eventos não periódicos e periódicos. Buscando melhor otimização na geração dos arquivos, bem como no armazenamento das informações no ambiente nacional do SPED Social, informações que podem ser utilizadas em mais de um arquivo do SPED Social ou que se repetem em diversas partes do leiaute serão armazenadas em tabelas. Considerando que grande parte dos eventos se utilizam de informações constantes nos eventos de tabelas, é obrigatório transmiti-los antes dos eventos periódicos e não periódicos. A título de orientação, é prudente transmiti-los logo após o envio do evento de Informações do Empregador. A manutenção correta dessas tabelas é fundamental para a recepção dos eventos do empregador e cálculo corretos das bases de cálculo e dos valores devidos;
- **Eventos Não periódicos** – é um fato jurídico trabalhista entre empregador e trabalhador que não tem uma data prefixada para ocorrer. Vai depender dos acontecimentos na relação trabalhista na vida da empresa e do trabalhador como contratação, afastamentos, demissões, entre outras. Estes fatos influenciam na concessão de direitos e no cumprimento de deveres trabalhistas, previdenciários e fiscais como, por exemplo, a admissão de um empregado, alteração de salário, exposição do trabalhador a agentes nocivos, desligamento, etc. Após confirmada a sua ocorrência, estes fatos/eventos passam a ter prazo específico de transmissão ao SPED Social.
- **Eventos periódicos** – São os eventos que têm periodicidade previamente definida para sua ocorrência. Seu prazo de transmissão é até o dia 07 do mês seguinte, antecipando o vencimento para o dia útil

imediatamente anterior em caso de não haver expediente bancário, com exceção do evento de espetáculo desportivo. São compostos por informações de folha de pagamento, de apuração de outros fatos geradores de contribuições previdenciárias e de retenção do imposto sobre a renda retido na fonte sobre pagamentos feitos pelo próprio contribuinte. Também estão previstas as informações de retenção das contribuições sociais incidentes sobre pagamentos efetuados às pessoas jurídicas.

Ainda de acordo com o manual de orientação do SPED Social (2014), a transmissão dos arquivos deve seguir um sequencial lógico, como descrito abaixo:

a) Eventos Iniciais:

- ✓ Informações do Empregador;
- ✓ Tabela de estabelecimento e Obras de Construção Civil;
- ✓ Cadastramento inicial de vínculos;

b) Eventos de Tabela:

- ✓ Tabela de rubricas da folha de pagamento;
- ✓ Tabela de Lotações e Departamentos;
- ✓ Tabela de Cargos;
- ✓ Tabela de Funções;
- ✓ Tabela de Horários;
- ✓ Tabela de Processos;
- ✓ Tabela de Operadores Portuários;

c) Eventos não periódicos:

- ✓ Admissão;
- ✓ Alteração Cadastral;
- ✓ Alteração Contratual;
- ✓ CAT;
- ✓ ASO;
- ✓ Afastamento Temporário;
- ✓ Alteração de Afastamento Temporário;
- ✓ Retorno de Afastamento Temporário;
- ✓ Estabilidade Início;
- ✓ Estabilidade Término;
- ✓ Condição Diferenciada de Trabalho – Início;
- ✓ Condição Diferenciada de Trabalho – Término;
- ✓ Aviso Prévio;
- ✓ Cancelamento de Aviso Prévio;
- ✓ Trabalhador Sem Vínculo de Emprego – Início
- ✓ Trabalhador Sem Vínculo de Emprego - Alt. Contratual
- ✓ Trabalhador Sem Vínculo de Emprego – Término

- ✓ Desligamento
- ✓ Reintegração

d) Eventos periódicos:

- ✓ Abertura da Folha de Pagamento;
- ✓ Remuneração dos trabalhadores (um arquivo para cada trabalhador);
- ✓ Pagamentos diversos;
- ✓ Serviços Tomados;
- ✓ Serviços Prestados;
- ✓ Serviços tomados de cooperativa;
- ✓ Serviços prestados por cooperativa;
- ✓ Aquisição de produção rural;
- ✓ Comercialização da produção rural;
- ✓ Recursos recebidos ou repassados por/para associação desportiva de futebol profissional;
- ✓ Informações Complementares;
- ✓ Receita de Atividades Concomitantes;
- ✓ Encerramento.
- ✓ Bases, retenção, deduções e contribuições;
- ✓ Espetáculo desportivo.

Como forma demonstrativa do exposto, a seguir tem um exemplo de sequencial a ser seguido: ao enviar a remuneração de um funcionário qualquer na folha de pagamento, este deve constar no registro de eventos trabalhistas.

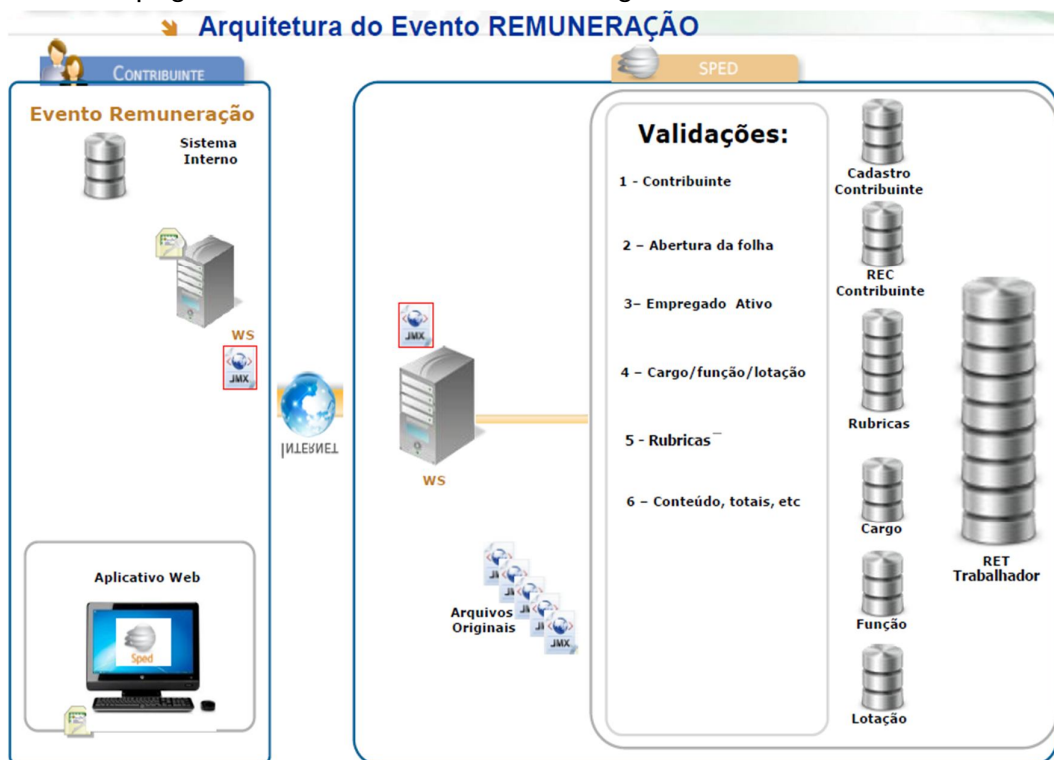


Figura 1 – Arquitetura do evento de remuneração.

Retirado do arquivo de apresentação sobre SPED Social, publicado pelo FIESP, de 23 de outubro de 2013.

Caso, o responsável pelo envio das informações venha a perceber um dado indevido no arquivo, ele deve imediatamente transmitir outro arquivo contendo o evento de Exclusão de Eventos.

Portanto, os diversos eventos seguem uma sequência de ordens, e, por isso, existe muito colaborador que adere ao conceito que o SPED Social não irá acabar com as obrigações acessórias, pois para eles essas obrigações mudaram apenas de designação, chamados de eventos tempestivos, porque são eventos que podem acontecer a qualquer momento.

Em resumo, o SPED Social funciona da seguinte maneira, é gerado um arquivo eletrônico das informações previstas nos leiautes pré-estabelecidos e assinado digitalmente, o arquivo eletrônico é transmitido pela internet para o ambiente do SPED Social. E, com o arquivo assinado digitalmente o empregador responderá pelas informações fornecidas. Caso o envio das informações seja nos escritórios de contabilidade, esses profissionais serão os responsáveis diretamente por aquelas informações fornecidas, por isso a importância de uma interação constante entre os escritórios e os empregadores.

Das Multas

Não existem valores definidos para penalizar as irregularidades que vierem a ocorrer no SPED Social, no entanto, provavelmente as multas aplicadas deverá ser as mesmas aplicadas na Lei 12.766/2012. Pois, de acordo com a Lei 12.766 de 28 de dezembro 2012, as penalidades acarretam multas pesadas, nela o seu Art. 8º altera as penalidades previstas no Art. 57 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001.

Em resumo, caso a empresa enquadrada no lucro presumido apresente o SPED Social fora do prazo, são R\$ 500,00 por mês-calendário ou fração. As do lucro real ou optantes do auto arbitramento estão sujeitas à multa de R\$ 1.500,00 por mês-calendário ou fração. Já o não atendimento à intimação da Receita Federal, para apresentar declaração, demonstrativo ou escrituração digital ou para prestar esclarecimentos, nos prazos estipulados pela autoridade

fiscais, nunca inferiores há 45 dias, geram multa de R\$ 1.000,00 por mês-calendário.

Por fim, a apresentação da declaração, demonstrativo ou escrituração digital com informações inexatas, incompletas ou omitidas, provocam multa de 0,2%, não inferior a R\$ 100,00, sobre o faturamento do mês anterior ao da entrega da declaração, demonstrativo ou escrituração equivocada, assim entendida como a receita decorrente das vendas de mercadorias e serviços.

Todavia, o SPED está acabando com outro problema que sempre cercou a prestação de contas entre contribuintes e fisco – o envio de informações. Se uma parte considerável ainda continua enviando o documento em branco para depois retificar, esta prática vai acabar em breve, pois agora a autoridade tributária exige a entrega correta, e, as empresas poderão sofrer penalidades, inclusive pelo envio de dados incorretos.

5.4 Dificuldades encontradas pelo Empresário contábil

O mundo vem ultrapassando barreiras, quebrando antigos padrões de comportamento, impondo novas regras. Estamos vivendo, em uma sociedade surpreendentemente dinâmica, instável, evolutiva e de transformação. Diante desse quadro, é necessário que o profissional contábil adquira novas qualificações e capacitações gerenciais para ultrapassar as ameaças provocadas pelo ambiente externo e por um mercado bastante competitivo.

Como as exigências estão cada vez maiores, hoje, mais do que nunca, o profissional contábil precisa ter uma visão das novas condições de trabalho, pois vivemos intensas mudanças num mercado que se modifica, atualiza a cada minuto. Contudo, deve avaliar os novos preceitos e exigências impostas pelo fenômeno globalização para conseguir distinguir-se dos demais.

Portanto, percebe-se que diante dos novos desafios, é necessário que pesquisadores, estudiosos, profissionais e usuários da Contabilidade assumam com compromisso e responsabilidade a sua missão no processo de harmonização das normas contábeis.

O Brasil passa por uma etapa de adaptação e requerem profissionais preparados e aqueles que não acompanharem essas mudanças na ciência contábil, em pouco tempo não terá espaço no mercado de trabalho.

Com isso, as exigências para o contador diante desse processo vão além da capacitação para se adequarem às novas ferramentas governamentais. Diante disso, o novo perfil do contador é de uma pessoa que reúne conhecimentos técnicos e sociais em função do vasto mercado que tem a sua disposição. Com isso, sabe-se que a melhor remuneração está ligada à qualidade dos serviços prestados e essa qualidade só será alcançada com dedicação aos estudos e uma essencial base teórica e técnica, e uma integração com a empresa.

Sá (2002) afirma que o profissional da Contabilidade deve possuir a função de orientar ao invés de simplesmente registrar os fatos ocorridos, oferecendo opiniões e direcionamento sobre os negócios da empresa. Ele complementa ainda dizendo que a função moderna do contabilista é de um consultor sobre os negócios da empresa

Então, todo profissional contábil que gerencia o sistema de informação do banco de dados e proporciona transparência em todos os seus informes. Para isto, utiliza-se de *softwares* contábeis que garantam a integração para as mais diversas plataformas exigidas pelo governo sem precisar alterar o sistema e gerenciando todas as situações que vierem a ocorrer de forma eventual.

Portanto, para se adequar as novas regras exigidas, especialmente pelo SPED Social, são de suma importância uma preparação e uma adaptação aos novos meios de transmissão de informação, além de que deverá obter *softwares* adequados com os aplicativos exigidos pelo governo. Contudo, faz-se necessário uma fase de preparação inicial dos dados a serem enviados, pois será extremamente importante e fundamental para o SPED Social.

Porém, após esse primeiro passo a interação entre o escritório e seus clientes ocorrem de forma periódica, o que deverá permitir ao escritório contábil o recebimento das indicações e informações das ações que envolvam a geração dos chamados arquivos tempestivos (que devem ser entregues à

medida que um evento ocorrer) e permita executar as atividades relacionadas, além da entrega da própria obrigação em questão.

Para Sérgio Approbato Machado Júnior, presidente do Sindicato das Empresas de Contabilidade e de Assessoramento no Estado de São Paulo (Sescon-SP), “o eSocial possibilitará a transparência e a qualidade das informações corporativas, mas também será um grande desafio para o país”. Já que, segundo uma enquete feita pelo Sescon-SP com cerca de 500 empresários do setor contábil revelou que 73% deles acreditam que a qualidade de informações repassadas pelos clientes deve ser o maior entrave.

Portanto, uma sequência de como se preparar para o SPED Social: definir uma ordem e ter coerência nas informações no cadastro dos trabalhadores; ter ou contratar softwares do módulo pessoal compatível com os aplicativos do SPED; Treinamento dos profissionais responsáveis pelo setor de RH com o manuseio do sistema; e, o mais importante na visão de muitos profissionais, a conscientização dos empresários para o correto fornecimento de informação para alimentação do sistema.

5.5 Os empresários estão se preparando?

De acordo com pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), o SPED Social tende a uma elevação de 10% dos custos de consultoria especializada na área jurídica e contábil, já as pequenas empresas que têm controle interno da folha de pagamentos necessitarão de um novo profissional. Além disso, haverá ainda um impacto adicional de elevação de 7% no custo com o sistema de informação, parametrização e acompanhamento, incluindo o treinamento de funcionários.

“Os custos para as empresas serão muito grandes. Há grandes empresas que utilizam diversos *softwares* para a administração das diferentes atividades e setores da empresa. Com o ESocial, essas empresas precisarão construir uma solução que consiga fazer a interface de todos esses programas”, argumenta AMARAL (presidente do conselho superior do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação - IBPT).

Amaral lembra ainda que, os custos se referem somente aos investimentos que as empresas precisarão fazer em treinamento e sistemas operacionais. Não incluem possíveis repercussões nos custos por conta de autuações ou pedidos de informação do Fisco.

Para o presidente do Sescap, Marcelo Odetto Esquiante, "O Sped Folha vai valer para todos. Para as micros e pequenas empresas a sua implantação será um peso a mais que vem se somar a todos os custos que vêm sendo impostos nos últimos anos para facilitar a fiscalização e aumentar a arrecadação", avalia.

Portanto, o custo desses investimentos se torna uma das principais razões pelas quais os empresários têm adiado o início dos preparativos. No entanto, os empresários devem analisar se a sua empresa está preparada para os impactos dessa implantação, pois as ocorrências mais comuns do dia a dia das empresas deverão constar nas informações repassadas. Exemplificando: o aviso de férias, aviso prévio e admissões, deverão ser informados na medida em que acontecem, caso a folha de pagamento for transmitida sem esses dados, estará configurada a penalidade de multa por não fazer no prazo legal

Portanto, como explica Esquiante, as empresas vão precisar ser mais ágeis no levantamento e fornecimento de informações que será mensal. Provavelmente as informações como contratação e rescisão de funcionários, seriam tratados como eventos do Sped, tal qual a Nota Fiscal Eletrônica, ou seja, nos tramites ocorridos na empresa, deverá ser gerado e transmitido um arquivo XML com assinatura eletrônica para os órgãos responsáveis em tempo real.

Por isso, é necessário que haja uma revisão profunda nos processos e nos sistemas de gestão aplicados na organização, para atender as obrigações e evitar riscos, para tanto às empresas vão precisar investir em novos equipamentos e provavelmente na contratação de mais profissionais, além de consultoria.

6 ANÁLISE DE DADOS

Nesta etapa do trabalho, faz-se a descrição e análise dos dados obtidos através de uma pesquisa junto aos contadores do estado da Paraíba, realizada entre os dias 08 de fevereiro de 2014 a 18 de fevereiro de 2014. Esta análise foi feita por meio de ferramentas estatísticas e organizadas em gráficos para posterior análise e interpretação.

No entanto, durante o processo de obtenção de dados, foram encontradas algumas dificuldades. Entre elas estão: base de dados dos participantes da pesquisa muito extensa e com muitos erros, como e-mails de participantes já falecidos, ou e-mails antigos os quais tais envolvidos não o utilizam.

6.1 Informações sobre atuações dos contadores

Dos resultados obtidos com amostra da pesquisa, obteve-se um total de 47% dos respondentes que atua na região do litoral paraibano, 4% no agreste, 30% na Borborema e 18% no Sertão da Paraíba, conforme tabela 01.

Tabela 01: Região de atuação

Localidade	Respondentes	% dos respondentes
Litoral	36	47%
Agreste	3	4%
Borborema	23	30%
Sertão	14	18%

Fonte: dados obtidos na pesquisa

Destes 78% são profissionais que tem bacharel em contabilidade e apenas 22% que possui técnico. Tabela 02.

Tabela 02: Nível de Formação

Formação	%
Técnico em Contabilidade	22%
Bacharel em Contabilidade	78%

Fonte: dados obtidos na pesquisa

Outro fator importante é o tempo de atuação no setor como contabilista. As respostas estão demonstradas na tabela 03:

Tabela 03: Tempo de atuação dos contabilistas

Tempo de Atuação	% de Respondentes
Até 5 anos	36%
Entre 5 e 10 anos	15%
Entre 10 e 15 anos	15%
Há mais de 15 anos	33%

Fonte: dados obtidos na pesquisa

Como explicito na tabela existe uma diferença pequena entre os que atuam em até 05 anos e os que atuam a mais de 15 anos, 36% e 33% respectivamente, isto mostra indícios que a profissão vem se valorizando bem, pois como apresentado houve um bom número de bacharéis em contabilidade e, um número significativo entre os contabilistas que atua até 05 anos.

Também se observou que a valorização e a motivação à atualização do profissional contábil deram-se há principalmente após implantação do Processo de Aceleração do Governo Federal (PAC 2007 – 2010). Dentro deste contexto foi perguntado aos contabilistas como eles avaliam estas mudanças implantadas pelo Governo Federal e 40% dos entrevistados disseram ser “muito importante”, 50% responderam ser “importante” e apenas 9% opinarão ter pouca importância nesse processo de crescimento.

Dentro do PAC, existem ainda os processos de implantação do Sped Social, que vai substituir vários arquivos das obrigações acessórias, unificando em um único arquivo XML, enviado praticamente em tempo real. Sobre esta nova ferramenta foi perguntado se eles estão preparados ou estão se preparando com relação a isto, 57% dos entrevistados responderam “sim”, e, um número relativamente alto, 43% responderam que “não” estão preparados ou se preparando ainda.

No entanto, quanto aos prazos definidos pela Receita Federal ser suficientes para a adaptação e entrega destes novos arquivos, os entrevistados apresentou um número considerável de discordância, um total de 85%, o que mostra o transtorno e as dificuldades enfrentadas pelos profissionais em se adaptar ao SPED Social.

Portanto, no processo de evolução em nossa área há a necessidade de vários investimento e atualizações, como também uma interligação muito grande entre todos os setores, não só da empresa de contabilidade, mas também com os clientes.

Em se tratando da empresa de contabilidade, observamos que há ainda uma dificuldade imensa quanto à comunicação entre os setores desses escritórios e com os clientes, como observado na figura 2.

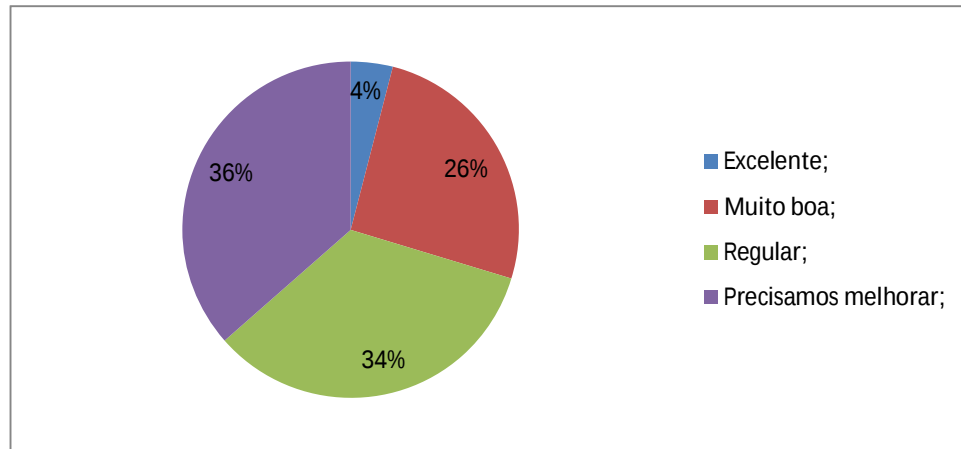


Figura 2: Comunicação entre os setores envolvidos
Fonte: dados da pesquisa

Os profissionais em questão deverão ter uma grande dificuldade em relação ao analisado, pois deverá reeducar seus clientes (principalmente) e seus funcionários, visto que a necessidade de informação em “tempo real” será obrigatória com o Sped Social.

Assim sendo, há uma discussão em relação ao principal objetivo do Governo Federal com o Sped Social.

Nesse sentido, os profissionais em 56% dos casos creem que o projeto do governo tem o intuito maior de aumentar a arrecadação, em 23% garantir os direitos previdenciários e trabalhistas dos empregados, 6% acham que deverá simplificar as obrigações acessórias e 15% acreditam que todos os envolvidos no projeto se beneficiarão.

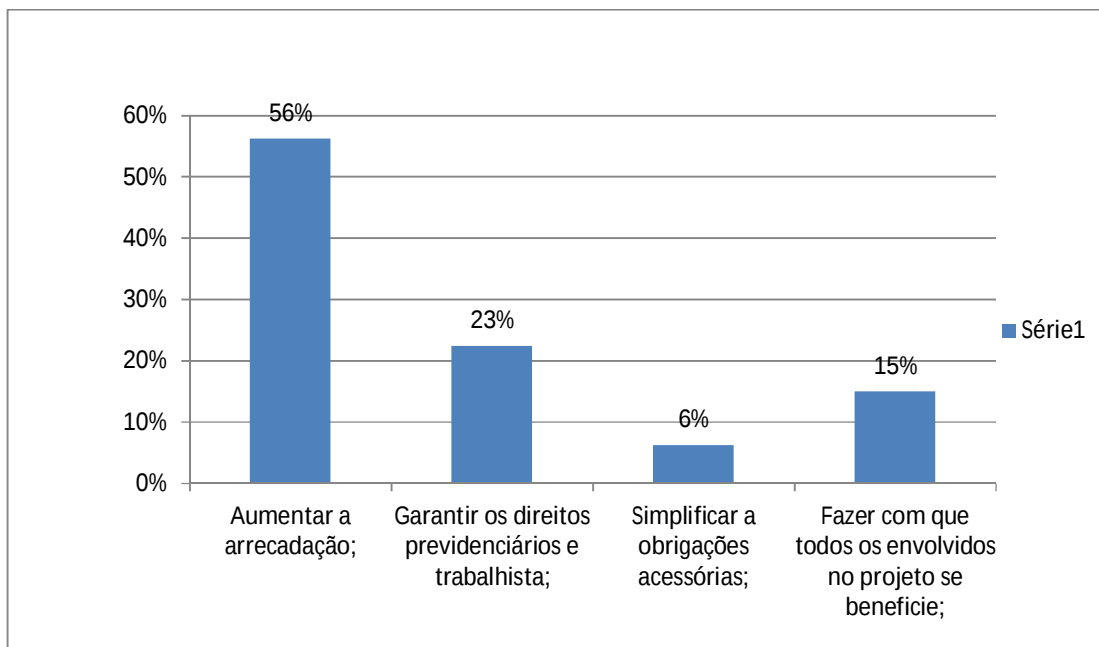


Figura 3: Principal objetivo do governo federal com o SPED Social.
Fonte: dados da pesquisa

Esses dados devem-se principalmente por parte dos órgãos envolvidos com o programa não procurarem alternativas mais justas com estes profissionais, pois há um pouco espaço de tempo e ainda não publicaram nenhuma versão do programa. E, além do mais, como vimos às multas deverá vir e não são “baratas”.

Ainda, sobre esta nova ferramenta, verificou-se como eles avaliaram sua atuação no mercado diante estes novos procedimentos de informações das obrigações acessórias (figura4).

O questionário evidenciou que apenas 16% dos entrevistados estão seguros em atuar com o Sped Social. No entanto, os restantes dos entrevistados não se sentem seguro ou deverá se preparar para atuar de forma ética, entretanto, há pouco tempo, como apresentado a seguir:

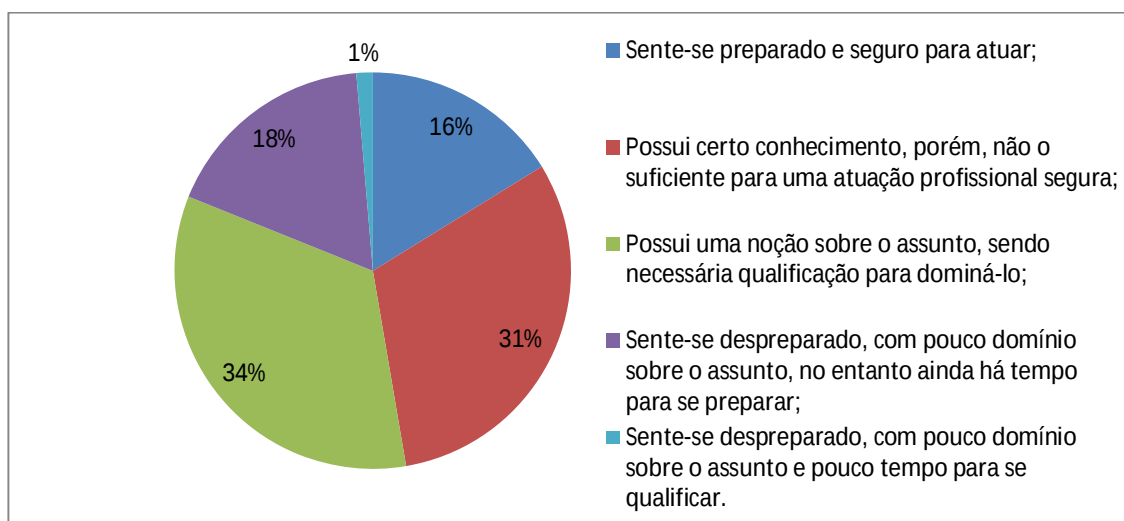


Figura 4: Avaliação própria de conhecimento sobre o SPED Social.

Fonte: dados da pesquisa

Por consequência a fatores contrários existentes, uma boa estratégia por parte destes profissionais é um excelente meio de prevenção para suprir tais empecilhos.

Diante desta situação, foram elaboradas algumas hipóteses a serem adequadas a cada profissional, como verificado na figura 5:

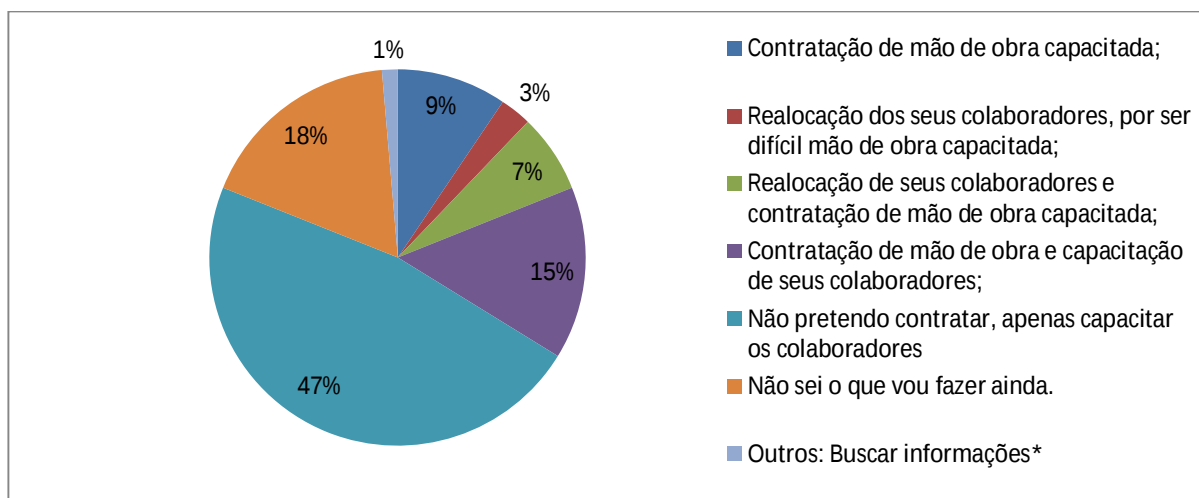


Figura 5: Estratégica para adaptação ao Sped Social.

Fonte: dados da pesquisa

De fato, haverá um aumento nos custos de tais profissionais, seja apenas com a capacitação dos colaboradores que é no caso de 47% dos entrevistados, ou com a contratação de mão de obra capacitada que chega a

31% e 18% não sabem o que vão fazer ainda. Ou seja, deverá ter uma demanda muito grande por parte dos contabilistas na capacitação e atualização dos seus grupos, e, com isso provavelmente acontecerá uma busca maior no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

6.2 Participação do CRC/PB neste processo de implantação do Sped

Nesse processo de implantação, os profissionais esperam por uma posição e uma atitude do CRC do estado. Com relação a isto, buscou-se saber qual a participação deste órgão junto aos profissionais.

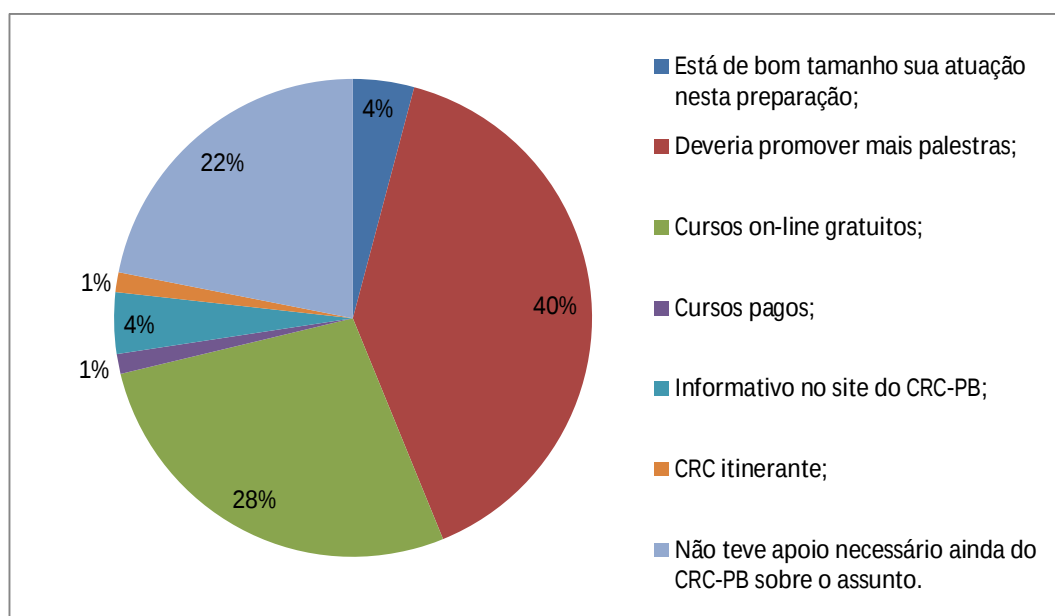


Figura 6: Participação do CRC/PB junto ao processo de adaptação ao Sped Social.
Fonte: dados da pesquisa

A pesquisa identificou que, mesmo com algumas palestras oferecidas pelo CRC/PB (com o programa de capacitação), 73% dos profissionais queriam um apoio maior, com mais palestras, cursos online grátis (ou pagos) e mais divulgação no seu site, 4% destes demonstraram estar satisfeito e 23% não concordam com a pouca participação do CRC.

Ainda sobre a capacitação dos profissionais quanto ao assunto, Fortes (2009) ressalta que nos dias de hoje a profissão contábil requer constante estudo a fim de que o contador se atualize diante das novas normas e exigências do mercado.

A partir dessas afirmações, foi solicitado que os respondentes avaliassem de que forma as mudanças ocorridas nos últimos anos tem influenciado na prática contábil.

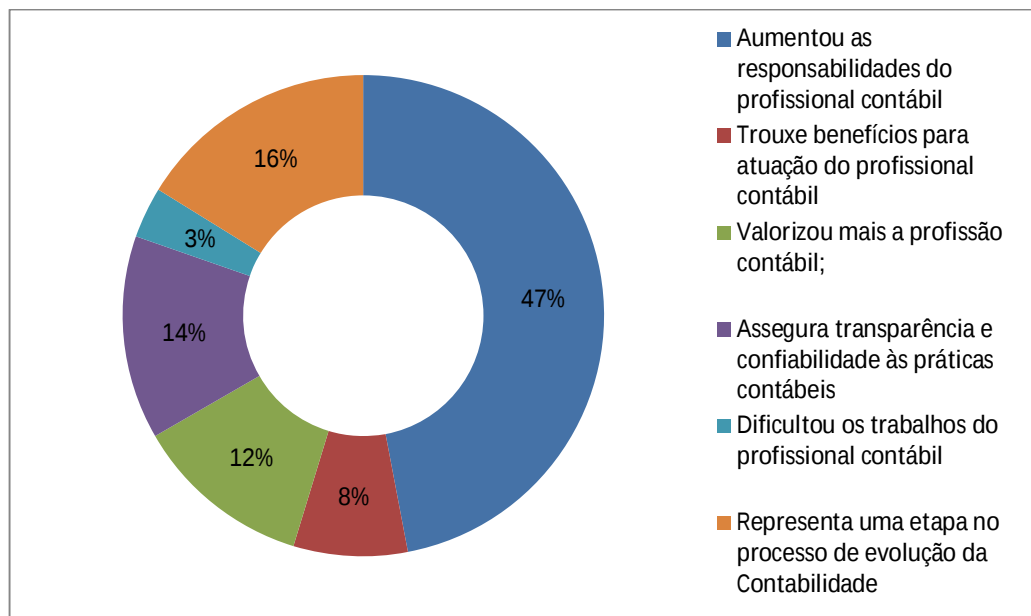


Figura 7: Avaliação sobre a profissão contábil e suas mudanças.
Fonte: dados da pesquisa

Devido a um maior empenho e tais dificuldades que os profissionais encontram para se adequarem as novas exigências do Governo foram fundamentais para o resultado da pesquisa, pois apenas 12% dos contabilistas confirmam que a profissão teve valorização, e, 47% dos entrevistados responderam que as novas exigências aumentaram as responsabilidades do setor contábil, sem valorização correspondente.

Dentre todas as exigências presentes em 2014, os contadores elencaram na pesquisa algumas possíveis dificuldades para este novo método de informação acessória.

6.3 Possíveis Dificuldades

Como constatado na pesquisa neste processo de adaptação e evolução da contabilidade, os contadores enfrentam dificuldades no seu dia a dia, entretanto o auxílio de entidades envolvidas no projeto seria indispensável para

a minimização de seus impactos. Mas antes foram elencados quais os maiores problemas detectados na pesquisa, para depois buscar as soluções.

Tabela 4: Principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais

Principais Dificuldades	% dos respondentes
Pouca informação e cursos sobre o assunto	27%
Conscientizar o cliente	17%
Pouco tempo	16%
Capacitação de mão de obra	13%
Capacitação mínima dos funcionários informantes	13%
Pouca Valorização do profissional	6%
Outros	7%

Fonte: dados obtidos na pesquisa

Ou seja, apesar de tamanha gama de informações, a principal dificuldade, hoje, enfrentada seria a pouca informação e poucos cursos sobre o assunto. No entanto, além de promover mais cursos e informações sobre o assunto para contabilistas, os envolvidos na implantação deste projeto deveriam promover palestras de conscientização do empresário quanto às novas obrigações do Sped Social. Como, também, observar os prazos de adaptação a esta nova realidade das obrigações trabalhistas.

Langoni (2010) alerta sobre muito mais do que capacitação para adequação às novas normas, esse processo traz a necessidade de uma mudança de postura, que resultará em uma maior valorização do profissional da contabilidade.

De acordo com representantes das empresas piloto do Sped Social, com tais mudanças haverá a um curto prazo vantagens para aqueles que se adequaram com mais eficiência do que os seus concorrentes. Além disso, eles diferenciam e detalham quais as principais vantagens para cada ente envolvido.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo evolui cada vez mais rápido e o homem luta contra os desafios cada dia apresentado a ele. Para os contadores registrar a história e colaborar com o direcionamento da economia do mundo, está cada vez mais complexo. Portanto, é de suma importância acompanhar esta evolução.

A tecnologia que invadiu as empresas tornou-se indispensáveis para o aumento da competitividade. E, com o advento desta tecnologia os procedimentos contábeis se tornaram mais eficiente e eficaz, podendo assim fornecer mais informações sobre as entidades dos seus clientes.

No entanto, essas mudanças também chegaram a administração pública, tornando-a mais evoluída nos quesitos de informações fiscais a serem enviadas. Este processo deixou o Estado mais próximo do contribuinte, pois as novas ferramentas implantadas tem por objetivo uma unificação das informações, a fim de conter a sonegação fiscal.

Como parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, além da implantação do Sped Fiscal, o Sped Contribuições, o Sped Contábil, NFe's, neste ano de 2014 os contabilistas deverão se adaptar ao Sped Social.

Portanto, neste sentido de adaptação e evolução dos fatos e informações contábeis, o profissional contabilista deverá detalhar objetivos direcionados a muita pesquisa e estratégica sobre os negócios, com essas novas exigências, as empresas além de precisar, investir em novos equipamentos e provavelmente na contratação de mão de obra qualificada, deverão criar uma nova postura diante dos seus clientes para a fim de se destacar e cumprir as exigências do mercado cada vez mais competitivo.

Nesta adaptação a nova realidade, os grandes problemas e quais possíveis soluções foram elencados, então, tais profissionais, deveria se unir e formar grupos e com o apoio dos conselhos regionais reivindicarem para que o Governo Federal tome as devidas providências.

Contudo, a classe contábil e os profissionais envolvidos com esse projeto precisam se adequar as novas exigências, pois sua valorização é fruto do que se faz e até onde se pode chegar. Portanto, o estudo de caso foi de

grande valia, pois se verificou uma situação na qual os contabilistas se encontram e foi mostrado o que pode acontecer com estes profissionais que não se adequaram de forma eficaz.

7.1 Sugestões para Trabalho Futuros

Esta pesquisa pode servir como base para novos trabalhos a serem realizados referentes ao tema, como também, ser fonte para a realização de estudos comparativos, já que foi o pioneiro no estado.

Como sugestão, realizar pesquisas semelhantes deste estudo através da ampliação do número de respondentes, por entender que, dessa maneira, obter-se-á um resultado mais confiável quanto à percepção dos contadores do estado da Paraíba. Pode-se, ainda, aplicar o mesmo questionário a contabilistas de diferentes estados, a fim de comparar os impactos do SPED Social em cada região.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Osmar R.; MARIANO, Paulo Antônio. **SPED - Sistema Público de Escrituração Digital**. São Paulo: IOB, 2009.

BENTEMULLER, Fernanda Elisa Viana Pereira. **Evolução do Trabalho Escravo no Brasil**. 11/2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/23075/evolucao-do-trabalho-escravo-no-brasil>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

BRASIL, **Receita Federal do**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. Disponível em: <<http://www.esocial.gov.br>>. Acesso em: 07 jan. 2014.

_____. **Manual de Orientação do ESocial – Versão 1.1** Disponível em: <http://www.esocial.gov.br/doc/MOS_V_1_1_Publicacao.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2014.

_____. **Perguntas e Respostas de eSocial – Versão 1.0**. Disponível em: <http://www.esocial.gov.br/doc/PerguntaseRespostas_versao1_27_12_2013.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2014.

_____. MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2007/r220107-PAC.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2013.

FERREIRA, S. G.; ARAÚJO, E. A. **Modernização da gestão: E-governo – o que ensina a experiência internacional**. Informe SF (Secretaria para Assuntos Fiscais do BNDES), n. 17, agosto. Rio de Janeiro, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____, _____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Kelly Cristina Ricci. **Em 2014 o e-Social será obrigatório**. Disponível em: <http://fepin.com.br/i/1537/em-2014-o-e-social-sera-obrigatorio>. Acessado em: 26 de dezembro de 2013.

IUDICIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. São Paulo. Atlas, 1999.

KRUGER, Samuel. **Preparação para e-Social de começar agora.** Disponível em: <http://www.classecontabil.com.br/imprimir/noticia/18966>. Acessado em: 26 de dezembro de 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2000.

NEGRUNI, Mauro, apud JÚNIOR, Sérgio Approbato Machado. **Novidades da última reunião do projeto piloto do eSocial.** Disponível em: http://www.mauronegruni.com.br/2013/12/12/novidades-da-ultima-reuniao-do-projeto-piloto-do-esocial/?utm_source=Blog+do+Mauro+Negruni&utm_campaign=236bc875e2-RSS_EMAIL_CAMPAGN&utm_medium=email&utm_term=0_2246abd46a-236bc875e2-81674705. Acessado em: 27 de Dezembro de 2013.

_____, apud Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário. **eSocial – Empresas preveem aumento de custos.** Disponível em: <http://www.mauronegruni.com.br/2013/11/29/esocial-empresas-preveem-aumento-de-custos/>. Acessado em: 27 de dezembro de 2013.

OLIVEIRA, Célio Roberto; VASCONCELOS, Mércia Fernandes. **Importância da participação do contador no processo de implantação de Sistemas Integrados de Gestão: um estudo de caso.** In: Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, 2005.

OLIVEIRA, Luís Martins; NAGATSUKA, Daviane A. S. **Introdução à contabilidade.** São Paulo. Futura, 2000.

PRADO, O. **Governo Eletrônico, reforma do Estado e transparência: o programa de governo eletrônico no Brasil.** 2009. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da contabilidade.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SALOMON, Delcio Vieira. **Como fazer uma monografia.** 12. ed. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2010.

SILVA FILHO, A. M. **Governo Eletrônico no Brasil.** In: Revista Espaço Acadêmico, 2004.

SILVA, Anderson Ricardo Sampaio da; CARVALHO, Hamilton Andrade de; MORAES, Luciana da Silva. **A Contabilidade de Custos como ferramentas para a formação de preço de Venda: estudo de caso na empresa “S” localizada na cidade de Barreiras-Ba.** Disponível em: <http://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo-anderson.pdf>. Acessado em 27 dez. 2013.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

APÊNDICE

Esta pesquisa trata-se de um estudo sobre Questionário - SPED Social: Como os profissionais de contabilidade estão se preparando para esta nova ferramenta das Obrigações Previdenciárias, e está sendo desenvolvida pelo aluno Fábio Alanjean Carvalho Leite do Curso de Ciências Contábeis, sob a orientação da professora MS. Edmery Tavares Barbosa, com fins a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Não é exigida nenhuma informação que o identifique.

1 - Em qual município você atua como Contabilista?

xxxxxxxxxxxxx

2 - Há quanto tempo você atua no mercado como Contabilista?

- ☐ até 5 anos
- ☐ entre 5 e 10 anos
- ☐ entre 10 15 anos
- ☐ há mais de 15 anos.

3 - Qual sua formação profissional?

- ☐ Técnico em Contabilidade
- ☐ Bacharel em Contabilidade

4 - Como você avalia todas as inovações implantadas pelo governo nos últimos anos com o Processo de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007 – 2010) em relação à prática contábil?

- ☐ Muito Importante
- ☐ Importante
- ☐ Pouco Importante

5 - Você está preparado ou já está se preparando para o novo processo do governo federal que vai unificar o envio das informações trabalhistas – o SPED Social?

- ☐ Sim
- ☐ Não

6 – Você concorda com os prazos definidos em lei é o suficiente para o processo de adaptação e no cumprimento da legislação integral?

- ☐ Sim
- ☐ Não

7 – Como sabemos são muitas informações iniciais a serem cadastradas, no entanto já existe uma ferramenta de “Qualificação cadastral” (disponível em: <http://www9.dataprev.gov.br/Esocial/pages/qualificacao/qualificar.xhtml>) para verificar inconsistência no cadastro dos trabalhadores para saber se estão aptos para o SPED Social. Então, sua empresa está com todas as informações dos empregados e prestadores de serviços atualizados e registrados na ficha de empregados?

- ☐ Sim
- ☐ Não

8 - O CRC-PB tem participado da preparação dos profissionais contábeis com palestras com programa de capacitação. Sobre o referido assunto como você avalia a participação do CRC-PB nesta preparação?

- ☐ Está de bom tamanho sua atuação nesta preparação;
- ☐ Deveria promover mais palestras;
- ☐ Cursos on-line gratuitos;
- ☐ Cursos pagos;
- ☐ Informativo no site do CRC-PB;
- ☐ CRC itinerante ;
- ☐ Não teve apoio necessário ainda do CRC-PB sobre o assunto.

9 – Sabemos que todos os setores da empresa contábil devem está interligados e com esse novo processo mais do que deverá existir comunicação entre todos os setores envolvidos, tais como RH, financeiro, contabilidade e jurídico, além disso, será necessário uma iteração muito grande com seus clientes. Diante disso, como você avalia essa comunicação na sua empresa?

- ☐ Excelente;
- ☐ Muito boa;
- ☐ Regular;
- ☐ Precisamos melhorar;

10 - Como você avalia seu conhecimento sobre as mudanças ocasionadas pelo novo processo do governo federal – o SPED Social?

- ☐ Sente-se preparado e seguro para atuar;
- ☐ Possui certo conhecimento, porém, não o suficiente para uma atuação profissional segura;
- ☐ Possui uma noção sobre o assunto, sendo necessária qualificação para dominá-lo;
- ☐ Sente-se despreparado, com pouco domínio sobre o assunto, no entanto ainda há tempo para se preparar;
- ☐ Sente-se despreparado, com pouco domínio sobre o assunto e pouco tempo para se qualificar.

11 - De que forma você percebe as mudanças ocorridas nos últimos anos tem influenciado na prática contábil?

- ☐ Aumentou as responsabilidades do profissional contábil
- ☐ Trouxe benefícios para atuação do profissional contábil
- ☐ Valorizou mais a profissão contábil;
- ☐ Assegura transparência e confiabilidade às práticas contábeis
- ☐ Dificultou os trabalhos do profissional contábil
- ☐ Representa uma etapa no processo de evolução da Contabilidade

12 – Para você, qual o objetivo principal do governo na implantação do SPED Social?

- ☐ Aumentar a arrecadação;
- ☐ Garantir os direitos previdenciários e trabalhista;
- ☐ Simplificar a obrigações acessórias;
- ☐ Fazer com que todos os envolvidos no projeto se beneficie;

13 – E, diante deste novo projeto instituído pelo governo federal, juntamente com a Caixa Econômica Federal (CAIXA), pelo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pelo Ministério da Previdência Social (MPS), pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), cite pelo menos duas dificuldades enfrentadas pelo profissional contábil nesta implantação?

14 - Se tratando aos desafios, deverá ser elaborada uma estratégia de adaptação ao Sped Social, dentre as alternativas abaixo escolha a que você pretende aplicar no seu escritório.

- ☐ Contratação de mão de obra capacitada;
- ☐ Realocação dos seus colaboradores, por ser difícil mão de obra capacitada;
- ☐ Realocação de seus colaboradores e contratação de mão de obra capacitada;
- ☐ Contratação de mão de obra e capacitação de seus colaboradores;
- ☐ Não pretendo contratar, apenas capacitar os colaboradores
- ☐ Não sei o que vou fazer ainda.
- ☐ Outro: _____